

## Editorial

A Secretaria de Economia e Finanças, por meio de sua Diretoria de Gestão Especial (DGE), orgulha-se de apresentar a primeira edição de sua revista, com a qual intenta oferecer a seus leitores uma gama de artigos correlatos à sua área de atuação, que possam conduzir a maiores estudos e reflexões sobre os temas sugeridos.

Abrindo essa edição pioneira, discorro sobre o sistema de economia e finanças, dentro da estrutura do Exército, revelando que, de fato, o empenho e a organização de cada militar somam-se ao sucesso do objetivo final: o zelo pelo que é público, pelo que a sociedade confiantemente deposita sob suas responsabilidades.

O Major Moura apresenta um conjunto de metodologia, critérios e técnicas para a execução do processo de gestão de riscos numa organização. Cada vez mais, o agente público é chamado a agir proativamente na sua gestão, evitando danos ao erário, frutos de sua inação diante de pontos críticos não identificados com oportunidade.

O Exército, em consonância com esse anseio legítimo da sociedade, editou no corrente ano sua Política de Gestão de Riscos, instrumentalizando seus gestores sobre o como proceder para identificar, valorizar e mitigar esses riscos.

Outro destaque dessa publicação é a abordagem que o Coronel Vieira e o Capitão Álvares fazem das práticas comerciais a serem buscadas pelos representantes da Administração Pública, envolvendo os fornecedores estrangeiros participantes de contratos de grandes aquisições de bens e serviços, para a efetividade dos projetos de transferência tecnológica derivados de compensações, o que contribui para o equilíbrio da balança comercial do país contratante e para o desenvolvimento de tecnologia de beneficiário nacional.

O orçamento por resultados é uma ferramenta por onde o administrador moderno e responsável se vale para mensurar o que de fato foi realizado nos exercícios orçamentários anteriores e avaliar e quantificar o potencial de um determinado setor ou órgão público receber determinada parcela do orçamento da união no próximo ano fiscal. Para tanto, são necessários o emprego correto de indicadores, como explica com clareza e imparcialidade o Tenente-Coronel Almeida em seu artigo.

A administração pública onera o cidadão na realização de processos licitatórios para aquisições de pequena monta de valor. O Capitão Bruno apresenta dados que emergem o questionamento da obrigatoriedade de se realizar uma licitação para valores acima de R\$ 8.000,00, quando a União gasta, em valores atualizados, mais de R\$ 25.000,00 para conduzir esse processo.

Encerrando esta edição, o Coronel Amaury aborda a participação do Instituto de Economia e Finanças do Exército, órgão da estrutura da DGE, na capacitação de agentes da administração, apresentando os trabalhos realizados para o desenvolvimento de competências, para obter a eficiência e a eficácia na gestão dos recursos públicos.

Assim, espero que você, caro leitor, seja estimulado no transcorrer da leitura salutar dessa edição a se manter informado sobre os assuntos apresentados e que lhes sejam de sublime valia para seu conhecimento e desempenho profissional, fortalecendo o sistema de economia e finanças.

General de Brigada Antônio Amaro de Lima Filho  
Diretor de Gestão Especial